



ALFABETIZAÇÃO ECOLÓGICA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA

Agda Monteiro de Souza¹; Érika da Silva Ramos²; Felipe da Costa Negrão³; Lucinete Gadelha da Costa⁴; Mauro Gomes da Costa⁵

Universidade do Estado do Amazonas – UEA

souza.agda@hotmail.com

Resumo: Este artigo é resultado de uma revisão de literatura, numa abordagem qualitativa e, versa sobre a importância da alfabetização ecológica para a educação do campo na Amazônia. Somos sujeitos em construção e, assim, para ser sujeitos ecológicos, a alfabetização ecológica precisa ser forjada em cada indivíduo, e os docentes são essenciais nessa construção. Nessa reflexão, apresentamos um breve relato sobre a educação do campo, abrangendo sua concepção e bases legais de suas políticas educacionais, e também, a importância da alfabetização ecológica para a educação do campo no contexto amazônico. Ratificamos a importância da alfabetização ecológica para a educação do campo na Amazônia, no sentido de alterar a percepção dos seus sujeitos sobre a conservação dos recursos naturais, bem como para preservar os povos nativos e a cultura local, além da manutenção da qualidade de vida na Terra.

Palavras-chave: Educação do Campo. Alfabetização Ecológica. Amazônia. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Formar sujeitos ecológicos é de extrema importância à manutenção da vida na Terra. Diz Capra (1998) que a vida está interligada por uma rede sistêmica, e que, dentro da filosofia dos sistemas, os ecossistemas estão interligados por uma rede de relações, ao qual denomina de a teia da vida e defende, que a Terra é um sistema vivo interligados e, qualquer perturbação leva a algum descontrole.

Em se tratando-se de formação de sujeitos ecológicos diz o pensador Capra (2006) que, o modelo educacional reducionista, pouco contribuiu para a formação de sujeitos com consciência

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Bolsista da CAPES. Brasil. E-mail: souza.agda@hotmail.com.

² Psicóloga e Professora. Mestranda do Programa em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Brasil. E-mail: profa.erika.ramos@gmail.com

³ Professor da Universidade Nilton Lins. Especialista em Neuropsicopedagogia e Didática do Ensino Superior. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Brasil. E-mail: felipe.unl@hotmail.com.

⁴ Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia, Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Brasil. E-mail: lucinetegadelha@gmail.com.br.

⁵ Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia, Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Brasil. E-mail: semogcosta@yahoo.com.br.



ecológico-crítica. Diante dessas circunstâncias, surgiu a necessidade de refletir e questionar como mudar esse comportamento para restituir a relação homem e natureza, repensando a função da escola como essencial para a formação de sujeitos ecológicos.

Nesse sentido, a educação do campo, que é uma proposta educacional para os habitantes dos territórios rurais nos diversos campos brasileiro, torna-se de vital importância para formar sujeitos ecológicos, visto que, essas pessoas lidam diretamente com a terra nos diversos espaços rurais e deles tiram seus sustentos, através da agricultura familiar, da coleta de frutos e sementes, da extração, dentre outros.

Reflete-se neste texto a importância da alfabetização ecológica, idealizada pelo físico e epistemólogo Fritjof Capra, cuja concepção busca uma aproximação do ser humano com os ecossistemas propondo a construção de um mundo autossustentável, bem como sua inter-relação com a proposta da educação do campo.

METODOLOGIA

Essa pesquisa, de natureza qualitativa, desenvolveu-se a partir de uma revisão de literaturas, em torno das temáticas que abordam a educação do campo e alfabetização ecológica, em livros, artigos e documentos norteadores da educação básica brasileira, com atividades de fichamentos, socialização dos conhecimentos adquiridos com mestrandos e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia, e também, com o Grupo de Estudo e Pesquisa para Formação de Professores em Educação em Ciências na Amazônia- GEPEC, ao qual participamos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Concepção de educação do campo

A gênese da Educação do Campo se deu a partir de uma reflexão crítica dos movimentos sociais moradores das áreas rurais, instituições religiosas, profissionais da educação, pesquisadores e instituições não governamentais sobre uma educação implantada no meio rural, cuja concepção era comprometida com valores urbanos, pautada no capitalismo, e que, cooperavam com práticas pedagógicas geradoras de desigualdades sociais, visto que não contribuía para a autonomia dos sujeitos que habitam, trabalham e tiram seu sustento do local.



Segundo Molina, Kolling e Néry (1999), o termo *campo* é plural e, é substituto da expressão *meio rural*, devido abarcar o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais desses sujeitos que tentam garantir a sobrevivência desse trabalho, cujo sentido é histórico e político que retrata o coletivo dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam camponeses, indígenas, quilombolas ou os assalariados vinculados ao trabalho rural.

Afirma Arroyo (2012) que o Brasil, não pode ficar surdo ao clamor daqueles que questionam o direito à terra, ao trabalho, à dignidade, à cultura e a educação, incluindo-se também políticas públicas, currículos e formação de professores.

O desafio da educação é o de formar cidadãos comprometidos com práticas sociais éticas, possibilitando o estabelecimento de novas formas de relações que se baseiem em valores humanos tais como a solidariedade, o respeito mútuo e a honestidade (SOUZA, GADELHA e AIKAWA, 2014). Assim, a Educação do Campo contrapõe-se a antigas práticas e concepções, reduzida à escolinha rural com instalações e professores improvisados. Corroboram as pesquisadoras Silva; Pasuch e Silva (2012) quando dizem que:

A Educação do Campo, entendida como direito nos marcos da equidade, o que inclui a justiça social e o reconhecimento das especificidades, rejeita a imposição de um modelo educacional e pedagógico que nega as culturas, os saberes e os modos de produção da vida das populações do campo (2012, p.59).

Essa é a defesa dos movimentos sociais populares que vem se destacando através de projetos de educação que buscam, em sua ação cotidiana, contrapor-se ao modelo dominante que propõe um modelo único de educação, tampouco, que este, seja adaptado aos povos dos diversos campos brasileiro, construindo um processo de resistência ao assumir um compromisso com a formação de pessoas empenhadas na transformação da sociedade.

Segundo Souza, Gadelha e Aikawa (2014), a dinâmica das escolas e dos educadores do campo precisa estar voltada à realidade sociocultural dos educandos, de modo a incorporar nas aulas e nas atividades propostas, formas de resgatar os valores, a cultura, a história e os saberes que os estudantes expressam na sala de aula, que são resultados da vivência como filho de agricultores, extrativistas, pescadores, assentados e acampados da reforma agrária e outros que, habitam e trabalham nas áreas rurais e ribeirinhas dos campos brasileiro.

Sendo a educação um direito social a todos os brasileiros, destacaremos a seguir, as bases legais da Educação do Campo destinadas aos povos que habitam nos diversos campos rurais brasileiro.



Fundamentos e bases legais

Afirmam Molina, Kolling e Néry (1999), que quando se discute a agricultura camponesa ou familiar “Não se está falando da enxada, fala-se de tecnologia apropriada. Está defendendo a reforma agrária e uma política agrícola para a agricultura camponesa” (p.28), cujo propósito é o desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que lá habitam e trabalham. Assim, não basta ter escolas no campo, a intenção é construir escolas do campo, com projeto político-pedagógico específico às causas, desafios, sonhos, história e cultura desses sujeitos, afirmam estes estudiosos.

Após alguns anos de efetiva discussão sobre uma proposta para a educação básica do campo, cujo marco deu-se a partir do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA, em 1997, e no ano seguinte, com a I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica no Campo, e posteriormente com amplos debates e discussões com órgãos gestores de políticas educacionais, as vozes desses outros sujeitos são ouvidas e, as instituições reguladoras da educação escolarizada no Brasil, deliberam e aprovam diretrizes nacionais para a Educação do Campo.

Segundo Silva, Pasuch e Silva (2012), a legislação-marco é a Resolução do Conselho Nacional de Educação que estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo – DOEBEC (Resolução CNE/CEB nº 1/2002), que norteiam os princípios e procedimentos para o funcionamento e os projetos das escolas do campo.

As DOEBEC são as respostas aos anseios dos movimentos sociais ligados a terra que, cuja educação escolarizada, deve estar estreitamente relacionada ao desenvolvimento do campo. Em seu art. 4, descreve que o projeto institucional das escolas do campo, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

No art. 8º destas diretrizes, em seu inciso II, direciona as atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de desenvolvimento sustentável.

Educação do Campo, é um termo genérico que define a educação escolarizada dos povos habitantes dos diversos contextos rurais brasileiro por intermédio da Resolução CNE/CEB nº 2/2008, do Conselho Nacional de Educação, onde estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do



Campo, define as populações rurais e suas mais variadas formas de produção da vida tais como: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

Sendo portanto, a educação do campo um direito social, com políticas públicas específicas aos moradores e trabalhadores dos territórios rurais, refletiremos a importância da alfabetização ecológica para esses povos.

A importância da alfabetização ecológica na educação do campo

Entendemos que não nascemos prontos e, nesse sentido, concordamos com Capra (2006) que a alfabetização ecológica precisa ser formada nos sujeitos, assim, os docentes, são essenciais nesse processo de construção, sendo portanto, a escola, um espaço propício para o desenvolvimento dessa consciência/sensibilidade ambiental.

Baseada em uma concepção sistêmica de vida, o epistemólogo CAPRA (1998), alerta para a “consciência de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais” (p. 244). Nesse sentido, salienta ele, que as instituições escolares devem transcender os paradigmas disciplinares, estabelecendo novas formas de pensamento, estabelecidos de acordo com novos princípios interdisciplinares. Exemplifica ele que numa região selvagem, não são as árvores ou os organismos individuais que se preserva, mas a teia de relações entre eles.

Diz Freire (2011) que a alfabetização que tivemos foi apenas para a escrita e leitura, por meio de uma educação bancária, na qual a memorização dos conteúdos fazia do aluno um mero receptor de conteúdos e do professor um mero transmissor de conhecimentos prontos e acabados, limitando a ação dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Tratando-se de formação de sujeitos ecológicos diz o pensador Capra (2006) que, esse modelo educacional reducionista, mecanicista, pouco contribuiu para a formação de sujeitos com consciência ecológico-crítica. Diante dessas circunstâncias, estudiosos perceberam a necessidade de mudar esse comportamento, para restituir a relação homem e natureza, repensando a função da escola como essencial para a formação de sujeitos ecológicos, destaca ele.

Pontuam Cunha e Fachín-Terán (2015) que a partir da segunda metade do século XX, as questões ambientais tornaram-se emergente, visto que com a expansão industrial, as nações usaram de forma desenfreada os recursos naturais, como consequências, tanto houve grandes desperdícios



quanto contaminações desses recursos em nível mundial, bem como seus efeitos sobre a humanidade.

Corroborando Hoffmann (2003) citado por Santos e Fachín-Terán (2012) ao afirmar que a industrialização que favoreceu o crescimento das cidades, e modernizou a agricultura e, que proporcionou o acesso a eletrodomésticos, automóveis, alimentos processados, e outros, fez com que aumentasse a exploração dos recursos naturais e a quantidade de poluição e de resíduos descartados no meio ambiente.

Para Batista (2006), na Amazônia, o homem tem influenciado negativamente sobre o meio ambiente, visto que, arrastam os cardumes e jogam fora as sobras. Diziam os quelônios ao coletar os ovos ou capturando as tartaruguinhas. O peixe-boi entrou em escassez devido ao elevado abatimento para a culinária, uso homeopático, e principalmente, para o uso da pele. O extrativismo, a agricultura itinerante e as queimadas e os desmatamentos têm sido permanentes. Frente a isso, os bens da natureza estão depreciados em favor do homem, causando um desequilíbrio ecológico. Para o homem do interior, diz ele, que também vive destes recursos naturais, da caça, da pesca e da coletas dos frutos no mato, nem sempre tem o necessário para sua manutenção devido aos fatores supracitados.

O autor ressalta ainda, dentre as inúmeras riquezas na floresta, destaca-se as espécies de madeiras, principalmente os exemplares de madeira de lei, que são abatidas para serrarias, e ainda, o sangramento de árvores da borracha, para obtenção do látex alvíssimo, porém que se torna preto ao contato com a ambição humana, lembra ele.

Não obstante a isso, corrobora o pesquisador Filho (2006) sobre o tráfico de animais silvestres, realizados por pessoas que se apresentam como membros de instituições ambientais ou religiosas, porém seus reais interesses são investigar a fauna e a flora local, para fins lucrativos.

O pesquisador apresenta ainda as queimadas como um grande causador de desequilíbrio ecológico na Amazônia, para limpeza de pastos e preparação do solo para agricultura, tanto para a retirada da mata selvagem quanto para adubar o solo com elementos químicos liberados na queima da madeira e, muitas vezes, para culturas pouco produtivas. Porém, salienta ele que, a perda de matéria orgânica do solo é maior, além da destruição da floresta, e a perda da biodiversidade.

Capra (1998 e 2006) e os outros estudiosos da nossa revisão de literatura, defendem firmemente a Alfabetização Ecológica como um aliado do meio ambiente, com objetivo de instigar a sociedade a respeito da importância das florestas como fonte de recursos e serviços ecológicos



para manter a qualidade de vida para todos os povos, bem como para a manutenção da cultura das populações locais. Para Capra, dentro da filosofia dos sistemas, os ecossistemas estão interligados por uma rede de relações, ao qual denomina de *a teia da vida*, defende ele que, a Terra é um sistema vivo interligados e, qualquer perturbação leva a algum descontrole e:

Esse descontrole faz com que algumas plantas se convertam em “ervas daninhas”, alguns animais em “pragas”, e outras espécies sejam exterminadas. O equilíbrio ou a saúde, de todo o sistema estará ameaçado (p. 258).

Nesse sentido, é consenso entre os cientistas de visão sistêmica que, o ideal para a Amazônia (e todo o planeta) é desenvolver-se de forma sustentável, para não trazer prejuízos às futuras gerações, caso contrário, além da perda da biodiversidade, colocamos em risco nossa existência. Para que a Amazônia se desenvolva de forma sustentável, urge a necessidade de uma alfabetização ecológica em seus sujeitos.

Capra (2006) citado por Souza et al (2016, p. 7) refere-se ao termo *ser sustentável* como sendo “aquela comunidade capaz de satisfazer suas necessidades e aspirações, sem diminuir as chances das gerações futuras. Nessa concepção, tomando como base os sistemas naturais, nada se perde tudo se aproveita, mantendo o ciclo da vida”.

Para Monteiro (2010), os povos já estão se conscientizando da necessidade de manter o equilíbrio ecológico, para manter a qualidade da vida na Terra, contudo, existe alguns desafios relacionados a Amazônia, pois por tratar-se de uma área com grande extensão territorial e com imensa riqueza natural, emerge a necessidade de se preparar sujeitos ecológicos, do contrário, agravará perdas futuras, além dos problemas ambientais.

Diz Higuchi e Higuchi (2004) que para a comunidade científica, o Brasil é considerado o país da megabiodiversidade e a floresta amazônica, um dos ecossistemas de maior diversidade biológica do planeta, ratificando, portanto, a necessidade de fomentar comunidades humanas sustentáveis com atitudes responsáveis. Nesse sentido, é imprescindível Alfabetização Ecológica para formar sujeitos ecológicos desde o início da educação básica, com sua gênese na educação infantil.

Alfabetizar sujeitos ecológicos deve ser priorizado, pois faz-se necessário para a manutenção da vida na Terra. Nesse sentido, a educação do campo tem um papel fundamental na formação dos sujeitos ecológicos, visto que, na proposta pedagógico-curricular da educação do campo, conforme disposto nas DOEBEC, a educação para a sustentabilidade deve permear o processo ensino



aprendizagem em toda a educação básica dos sujeitos moradores das áreas rurais dos territórios brasileiro.

Educar para a sustentabilidade é uma das bases disposta nas DOEBECS, que tem como um dos eixos de atuação em sua proposta pedagógica ao qual Setubal (2015) diz:

A sustentabilidade traz a noção de interdependência das pessoas com o meio ambiente, uma vez que enfatiza a importância do cuidar de si, do outro, da comunidade e do planeta. Assim, a escola pode ser um centro irradiador que possibilite essas conexões e articulações de espaços e tempos educativos nos territórios e na cidade como um todo. (p. 23).

Nesse sentido, a educação exerce um papel fundamental na conscientização/sensibilização do uso responsável dos recursos da natureza e, a escola, como um dos espaços de socialização dos alunos, pode gerar valores e conhecimentos que possibilitem a participação social exigida no mundo contemporâneo, com decisões reflexivas e conscientes.

Para Silva, Pasuch e Silva (2012), as propostas curriculares orientadas por práticas ambientalmente sustentáveis e, as práticas de cuidado de si, integram-se ao cuidado das plantas e animais que são tão próximos dos estudantes (e moradores) do campo, estando portanto, interligadas a formação de sujeitos ecológicos.

As pesquisadoras explicitam ainda que, o acompanhamento dos processos de vida e de morte, dos ciclos biológicos, da produção característica do campo, das rotinas de seu grupo cultural, dos modos de vestir-se, alimentar-se e festejar, vividos pelas alunos, das diversas etapas escolares, no seu dia-a-dia, transforma-se em elementos importantes no processo intencional estabelecidos pelos professores em suas práticas pedagógicas, propiciando às crianças da educação infantil e aos estudantes, novos conhecimentos ligados ao seu contexto socioambiental ao mesmo tempo em que geram valores sustentáveis, conceituado por Setubal (2015) como ecopedagogia.

Delineiam ainda Silva, Pasuch e Silva (2012) que o tempo de plantar e de colher, os ciclos de produção, de vida e de morte, o tempo das águas e estiagem, as aves e os bichos, a época de reprodução dos peixes, aves pássaros e outros animais, e ainda, o amanhecer e o entardecer que, numa relação orgânica com a terra, são características do viver e do educar nos territórios rurais, e que estes são fios condutores de uma educação para a sustentabilidade.

Na concepção de sujeito ecológico, implica a igualdade entre todos os elementos da natureza para se ter um equilíbrio natural. Em caso de desmatamento desordenado, queimadas, pesca predatória, coleta de sementes e frutos sem devido manejo, extração excessiva e outros, implica em um desequilíbrio ecológico que, muitas vezes, tornam-se irreversíveis.



Considerando a riqueza incalculável da biodiversidade existente na Amazônia, formar sujeitos ecológicos e/ou ecologicamente alfabetizados, é de suma importância para os habitantes dos territórios rurais dos diversos campos Amazônico, pois eles além de se tornarem guardiões em potencial das terras, das águas e da floresta, tornar-se-ão multiplicadores de sujeitos ecológicos na relação homem e natureza com vistas a um mundo ecologicamente equilibrado e economicamente sustentável.

Assim, a formação de sujeitos ecológico nos territórios rurais (e fora dele), contribuirá com a diminuição da perda da biodiversidade que tem sido recorrentes, contribuindo para a construção de uma sociedade autossustentável.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nascida a partir de reivindicações de movimentos sociais dos povos habitantes dos diversos territórios rurais brasileiro, a educação do campo, tem sua proposta pedagógica reconhecida pelos órgãos gestores de políticas educacionais.

Educação do Campo, é um termo genérico que define os povos habitantes dos diversos contextos rurais brasileiro, citamos os agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

Em sua proposta pedagógica, que vincula os conhecimentos acumulados pela humanidade, distribuídos nos currículos escolares, está também a concepção de comunidades sustentáveis como parte da formação dos sujeitos que habitam e trabalham nestes territórios.

Por sustentabilidade, entende-se aquela comunidade capaz de satisfazer suas necessidades e aspirações, sem diminuir as chances das gerações futuras. Nessa concepção, tomando como base os sistemas naturais, nada se perde tudo se aproveita, mantendo o ciclo natural da vida.

A Alfabetização Ecológica é uma concepção que busca estreitar o relacionamento do ser humano com o ecossistema, propondo uma ligação na forma de relacionar à sustentabilidade ecológica da sociedade, inspirados nos sistemas naturais e autossustentáveis.

Devido a constante busca pelo desenvolvimento econômico, independentemente dos prejuízos causados aos recursos naturais, iniciou-se através da visão sistêmica de mundo, estudos das relações entre as espécies e ambiente natural, e os prejuízos às gerações futuras causados pelos impactos ambientais e a possível escassez de recursos naturais.



Pesquisadores de diversas partes do mundo, buscaram soluções para a problemática causada pelo desenvolvimento econômico em detrimento ao meio ambiente, apontando a educação como aliada nesse processo.

Dentre algumas proposições, surge a alfabetização ecológica, cuja proposta é trabalhar nos estudantes a formação de sujeitos que se preocupem com o meio ambiente de forma responsável, sensibilizando-os a valores numa relação equilibrada com a natureza.

Na concepção de sujeito ecológico, implica a igualdade entre todos os elementos da natureza para se ter um equilíbrio natural. Em caso de desmatamento desordenado, queimadas, pesca predatória, coleta de sementes e frutos sem devido manejo, extração excessiva e outros, implica em um desequilíbrio ecológico que, muitas vezes, tornam-se irreversíveis.

A Floresta Amazônica, devido sua rica biodiversidade, traz equilíbrio ecológico para manutenção da vida na Terra. Frente a isso, os autores da nossa revisão de literatura de base sistêmica, defendem firmemente a alfabetização ecológica, como um aliado do meio ambiente, com objetivo de fomentar a percepção pela sociedade da importância das florestas como fonte de recursos e serviços ecológicos para manter a qualidade de vida para todos os povos.

Contudo, a educação para a sustentabilidade está explícita nos documentos norteadores para a educação do campo, cujo projeto institucional das escolas do campo, deverão ser articulados de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Sendo portanto, a Floresta Amazônica, um dos ecossistemas de maior diversidade biológica do planeta, ratifica-se, portanto, a necessidade de fomentar comunidades humanas sustentáveis com atitudes responsáveis, visto ser a Amazônia, uma área onde prevalece a cultura agrícola seja comercial ou para subsistência, e, no bojo da proposta da educação do campo, afirmam Kolling, Néry e Molina (1998) está a defesa da “reforma agrária e uma política agrícola para a agricultura camponesa” cujo propósito é o desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que vivem nestes territórios.

Neste sentido, entende-se a importância da alfabetização ecológica, ou melhor, de formar sujeitos ecológicos aos moradores dos espaços rurais, embasado na concepção de educação do campo e visão sistêmica de vida, visto que estas populações poderão desenvolver-se sociocultural e economicamente sustentáveis, sem causar danos ambientais, diferentemente dos que, no passado, com resquício presente, estão destruindo a natureza em favor do homem, principalmente através das



queimadas da floresta, desmatamentos e, das diversas formas de danos ambientais explicitados neste texto.

Acrescentamos que, para a eficácia da alfabetização ecológica no âmbito geral, não basta esperar apenas por atitudes de profissional da educação ou dos estudantes. Faz-se necessário que seja interesse da sociedade como um todo, entendo que essas atitudes, levam à qualidade de vida e a manutenção dela na Terra, e isso, deve ser interesse de todos.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BATISTA, Djalma. **Amazônia: cultura e sociedade**. ed. 3. Manaus: Valer, 2006. 180p.

BRASIL. Lei 9394/1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Distrito Federal, 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2/ de 2008. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1/2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF, 2002.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1998 (digital source - pdf).

_____. **Alfabetização ecológica: educação das crianças para um mundo sustentável**. Tradução Carmen Fischer. São Paulo. Cultrix, 2006.

CUNHA, Renata Gomes da; TERÁN, Augusto Fachin. Alfabetização ecológica na educação infantil usando anfíbios anuros em espaços educativos. In: **Anais VII Forum Internacional de Pedagogia**. Parintins: AM, 2015.

FILHO, João Meireles. **O livro de ouro da Amazônia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 442p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; HIGUCHI, Niro. **A Floresta Amazônica e suas múltiplas dimensões: uma proposta de educação ambiental**. Ed. 19. Manaus: Maria Inês Gasparetto Higuchi, Niro Higuchi, 2004.

MOLINA, Castangna Mônica; KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Irmão Israel José. (Orgs.). **Por uma educação básica do campo: Memória**. Volume I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

MONTEIRO, B. **Ideias sobre Alfabetização Ecológica: Ecologia e Amazônia.** 2. ed. Belém: Editora Amazônia, 2010.

SANTOS, Rossiter Ambrósio; FACHÍN-TERÁN, Augusto. **O paradigma da matemática crítica e a eco-pedagogia:** convergências e implicações no ensino de ciências e matemática. In: Anais 2º Simpósio em Educação em Ciências na Amazônia. VII Seminário de Ensino de Ciências na Amazônia. Manaus, 2012.

SETUBAL, Maria Alice. **Educação e sustentabilidade:** princípios e valores para a formação de educadores. São Paulo: Petrópolis, 2015.

SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon da. **Educação Infantil do Campo.** São Paulo: Cortez, 2012

SOUZA, Agda Monteiro de; COSTA, Lucinete Gadelha; AIKAWA, Monica Silva. A educação infantil numa perspectiva da educação do campo no contexto amazônico. In: **Anais IV Simpósio de Educação em Ciências na Amazônia:** ciências, sociedade e cidadania. Disponível em: <http://secam-uea.webnode.com/products/secam-2014/>. Consultado em 30 junho. 2016.

SOUZA, Agda Monteiro de; SANTOS, Eduarda C. A. dos Santos; RAMOS, Érika Silva; FACHÍN-TERÁN, Augusto; COSTA, Lucinete Gadelha; COSTA, Mauro Gomes da. Alfabetização ecológica e sua importância para a Amazônia. In: **Submissão ao Anais do 6º Simpósio de Educação em Ciências na Amazônia:** perspectivas e desafios para o Ensino de Ciências na Amazônia. A realizar-se em outubro de 2016 em Manaus/AM.